

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

QUANTO VALE SER SUJEITO?: EFEITOS DE SUJEITO NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO DO/NO X

Thiago Costa Carneiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14023>

Submetido em: 2025-11-07

Postado em: 2025-12-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Evandra Grigoletto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1458-0491>)
- Silmara Dela Silva (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5231-6662>)
- Solange GALLO (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0243-4983>)
- Fernanda Correa Silveira Galli (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4499-2908>)

Tipo de Trabalho: Artigo Científico

QUANTO VALE SER SUJEITO?: EFEITOS DE SUJEITO NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO DO/NO X

Thiago César da Costa Carneiro

Universidade Federal de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-9631-3981>

Recife, Pernambuco

thiago.costacarneiro@ufpe.br

Resumo: Neste trabalho, inscrito no dispositivo teórico-metodológico-analítico da Análise de Discurso materialista de orientação pecheuxtiana, objetivo analisar comparativamente o funcionamento de discursividades automatizadas linearizadas pelo Grok, inteligência artificial do X, com vistas a questionar os imaginários (re)produzidos sobre o sujeito-usuário e seus efeitos de sustentação. Para tal, parto da pergunta “O que é ditadura?” realizada sob diferentes circunstâncias: em um perfil pessoal e em um perfil criado para a pesquisa, valendo-me, em ambos, das versões gratuita e paga do X. Do ponto de vista teórico, mobilizo noções como de arquivo e sujeito, que direcionam o modo se olha para o *corpus*, articulando as noções teóricas às reflexões analíticas. Ao longo das análises, identifico que o Grok faz distintos gestos de leitura sobre o sujeito-usuário e sobre o arquivo que mobiliza para o enunciado-comando, de modo a tensionar os limites da repetição e da paráfrase em suas formulações.

Palavras-chave: arquivo; sujeito; leitura; X; Grok.

HOW MUCH IS IT WORTH TO BE A SUBJECT?: EFFECTS OF SUBJECT ON THE CONSTITUTION OF THE ARCHIVE OF/IN X

Abstract: In this work, which is part of the theoretical-methodological-analytical framework of Pecheuxtian materialist discourse analysis, I aim to comparatively analyze the functioning of automated discourses linearized by Grok, X's artificial intelligence, with a view to questioning the imaginaries (re)produced about the subject-user and their sustaining effects. To this end, I start with the question “What is dictatorship?” asked under different circumstances: in a personal profile and in a profile created for research, using both the free and paid versions of X. From a theoretical point of view, I mobilize notions such as archive and subject, which guide the way the *corpus* is viewed, articulating theoretical notions with analytical reflections. Throughout the analyses, I identify that Grok makes distinct gestures of reading about the subject-user and about the archive it mobilizes for the statement-command, in order to strain the limits of repetition and paraphrase in its formulations.

Keywords: archive; subject; reading; X; Grok.

NO PRINCÍPIO, ERAM OS DADOS

Constituindo-se como uma mídia social digital, o X – nomeação que hoje se dá ao que conheci como *Twitter*, trata-se de um *site*/aplicativo muito utilizado por sujeitos de

diversas filiações ideológicas, com o objetivo de interagir com outros sujeitos, ou de falar sobre questões próprias dentro de alguns caracteres. Sua fama, no Brasil, teve início por volta dos anos de 2010 e subsequentes, sendo explicado por enunciados como “*microblog*”. A designação em questão, afetada ideologicamente, produz-se como um deslizamento de sentido, nos termos de Pêcheux ([1969] 2019), de *blog*, meio pelo qual sujeitos que se utilizavam da *internet* nos anos 2000 escreviam sobre assuntos diversos. Os *blogs* se constituíam como uma das formas mais produtivas de estabelecer interlocução com outros sujeitos, o que, se pensarmos no *X* hoje, se assemelha de determinada forma.

A mudança de *Twitter* para *X* não se formula, tomando a espessura da linguagem, apenas como uma substituição sinonímica, em que um é tomado pelo outro, estando numa relação de paráfrase. Conjuguar essa troca no âmbito da Análise de Discurso materialista de orientação pecheuxtiana, dispositivo teórico-metodológico em que essa pesquisa se insere, implica dar conta das *condições de produção*, tanto em sua forma imediata quanto histórica. E pensar as condições de produção implica considerar a relação contraditória entre linguagem e história. A troca de nome se deu em função da venda do *Twitter* para o bilionário Elon Musk, cujo processo financeiro decorreu por semanas, com idas e vindas, novas decisões, questões que se apresentaram às mídias sociais digitais como um dos tópicos sobre os quais se falava constantemente.

Após a concretização da venda do *Twitter*, tornando-se *X*, o *site/aplicativo* passou por uma série de mudanças, as quais, no objetivo técnico, visavam à sua melhoria, implementando novas formas de interação do sujeito com a máquina. Essas alterações apontavam para um discurso do progresso, de que a atualização representaria, sempre, um avanço. Empiricamente, os sujeitos, utilizando-se do *site/aplicativo*, passaram a discordar das atualizações, especialmente sobre o sistema de recomendação de conteúdos, que sugeria publicações diversas, como o é no *TikTok* por exemplo, em que a página inicial é a *For You*, a qual sugere conteúdos similares aos que o sujeito já assiste, ou recomenda outros que possam ser produtivos.

A questão da produtividade esbarra em um efeito interessante discursivamente: ao apresentar para o sujeito conteúdos relevantes para ele, o sujeito, conseqüentemente, passaria mais tempo nas telas, assistindo a vídeos, lendo publicações. Esse funcionamento técnico das mídias sociais digitais está respaldado no fato de que, a cada visualização ou a cada segundo de tempo de tela, as grandes empresas, responsáveis pelas mídias sociais

digitais, recebem maior retorno financeiro. Quanto mais visualiza, mais se pode mostrar publicidades, mais se pode vender¹.

Dentre as atualizações no X, tem-se o *Grok*, inteligência artificial do X. Do ponto de vista técnico, o *Grok* tem duas principais funções, que se assemelham ao funcionamento de outras inteligências artificiais generativas, como o *ChatGPT*. Em primeiro lugar, há uma aba no X própria do *Grok*, por meio da qual os sujeitos podem abrir uma conversa com a IA e fazer perguntas ou dialogar; o outro funcionamento está no fato de que o *Grok* funciona como um perfil no X. Em outras palavras, muitos sujeitos no X marcam o *Grok* em publicações diversas e pedem, por exemplo, para verificar se aquela informação é verdadeira, ou pedem que explique novamente o que foi dito em outros termos. Até então, um uso que pode auxiliar o sujeito com práticas diversas.

Além disso, após o processo de atualização do X, o *site/aplicativo* passou a ter uma versão paga, nomeada *X Premium*, com a qual se poderia ter direito a outros benefícios, como utilizar mais caracteres na escrita (já que o *Twitter* originalmente só permitia 140 caracteres), ter o selo de verificado, não ter tantas propagandas no *feed*, dentre outras. No *Grok*, o *X Premium* permitiria um maior refinamento das informações, o que, em termos discursivos, atrairia o sujeito para a assinatura.

Tendo isso em vista, a questão central que, nas leituras que tenho feito, se mostra como central tem feito se articular duas noções: *sujeito* e *arquivo*. Justifico essa tomada de posição teórico-analítica por perceber que o sujeito nas mídias sociais digitais se subjetiva de uma outra forma (Gallo, 2019) e por a noção de arquivo, e de acesso ao arquivo, ser tensionada de forma que se produz uma ilusão de tudo poder acessar e tudo poder ler nas redes (Grigoletto, 2017). Portanto, neste trabalho, *objetivo analisar comparativamente o funcionamento de discursividades automatizadas linearizadas pelo Grok, inteligência artificial do X, com vistas a questionar os imaginários (re)produzidos sobre o sujeito-usuário e seus efeitos de sustentação*.

Na próxima seção, recorro as noções teóricas a fim de, por meio delas, observar o funcionamento nas discursividades analisadas em seguida.

SUJEITO, ARQUIVO, X: UMA DISPERSÃO SUPOSTAMENTE HOMOGÊNEA

¹ Entendo, de maneira inicial neste trabalho, que se produz um efeito de *propagandização* (Costa Carneiro; Galli; Grigoletto, 2022) nessas mídias, isto é, tudo se torna propaganda, pois (quase) tudo pode fazer a roda do capital girar.

Nesta seção, visando ao objetivo delimitado na seção anterior, intento produzir uma mobilização de natureza teórico-analítica em que, por meio do batimento entre descrição e interpretação das materialidades linguístico-discursivas, recorro a teorias do campo da Análise de Discurso materialista de orientação pecheuxtiana, sobretudo as noções de *sujeito* e de *arquivo*.

No artigo *As massas populares são um objeto inanimado?*, Pêcheux ([1978] 2015a) discorre sobre a forma experimental de conceber o movimento de leitura, isto é, entrega-se o mesmo texto, informando que a autoria fosse de economistas de esquerda ou de direita, provocando nos(as) estudantes outros efeitos sobre a leitura. Para Pêcheux ([1978] 2015, p. 255), “O que queríamos determinar era como as palavras, expressões, enunciados funcionavam em cada um dos corpora, com referentes ideológicos e políticos diferentes e eventualmente antagônicos”. Nesse sentido, compreendo que essa forma de conceber o gesto de leitura sobre o *corpus* aponta para uma questão de natureza *experimental*.

No campo da Análise de Discurso materialista, há, de maneira recorrente, uma discussão sobre a constituição do *corpus*, normalmente em sua forma de arquivo. Courtine ([1981] 2014), em sua tese de doutorado, intitulada na edição brasileira como *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçados aos cristãos*, apresenta uma proposição acerca da forma do *corpus*. Segundo o autor,

[...] [o] *Corpus* constituído a partir de arquivos (ou “*corpora* pré-existentes”, conforme o termo de Gardin & Marcellesi, 1974, p. 241)/*corpora* experimentais (produzidos a partir de pesquisas empíricas por questionário, por respostas a certas regras...). Essa dimensão trata da natureza do modo de produção das sequências discursivas reunidas. Os *corpora* de segundo tipo são raros em AD. (Courtine, [1981] 2014, p. 58, destaques do autor).

Seguindo as pistas deixadas por Courtine ([1981] 2014), antes de apresentar a proposta que faço neste artigo, retomo o modo como Pêcheux ([1982a] 2014a) compreende a noção de arquivo. Para Pêcheux ([1982a] 2014a, p. 59),

[...] a questão da leitura permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos de explícitos remetem em surdina clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de *ler o arquivo* (entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”). (Pêcheux, [1982a] 2014a, p. 59).

Partindo dessa discussão, Romão, Leandro Ferreira e Dela Silva (2011, p. 12) assinalam que “[...] o arquivo se constitui a partir de uma conjuntura sócio-histórica em

que certas interpretações podem ser tomadas como únicas pelo efeito ideológico de evidência, enquanto outras precisam ser apagadas, tidas como indesejáveis”. A partir dessa proposição, ao pensar o *corpus* de arquivo, é necessário admitir que o arquivo não seria um todo, homogêneo, cujo gesto de arquivamento é de natureza técnica, empírica. Pensar o *corpus* de arquivo na Análise de Discurso implica considerar a dimensão do não-todo, da incompletude, que também é constitutiva do sujeito e dos sentidos. Nesse sentido, as autoras, tomando o texto de Pêcheux ([1982a] 2014a) como fundamento, questionam: “[...] documentos “pertinentes” para quem e “disponíveis” para quem, em que condições sócio-históricas e ideológicas?” (Romão; Leandro Ferreira; Dela Silva, 2011, p. 13).

A partir desse questionamento, compreendo que as autoras põem em tela a relação do arquivo com a *ideologia*, fundadora do arquivo. A respeito da ideologia, retomo Pêcheux ([1975] 2014b, p. 139, destaques do autor):

[...] o caráter comum das estrutura-funcionamento designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito” [...].

Considerando os recortes teórico acima mobilizados, compreendo que pensar o arquivo, e sua constituição enquanto uma forma de *corpus*, está ligado a uma forma de funcionamento da ideologia, ou seja, ao mobilizar o dispositivo teórico e o dispositivo analítico, o(a) analista produz sobre o Arquivo um recorte, convocando ao gesto de análise um segmento, que, metonimicamente, produz um efeito sobre a ilusão de completude do arquivo.

Voltando para a citação de Courtine ([1981] 2014), o autor afirma que há uma segunda forma de constituir o *corpus*, nomeada por ele como *corpora experimentais*, a qual ele afirma ser uma forma rara na Análise de Discurso. Compreendo, tomando a citação de Courtine ([1981] 2014), que a raridade a que se refere o autor se justifica por serem numerosos os trabalhos em Análise de Discurso que recortam, por exemplo, o discurso político, os discurso sobre o corpo, os discursos jornalísticos, entre outros, que “já estão prontos”, isto é, já foram enunciados em condições de produção específicas e que, no gesto de análise do(a) analista, em outras condições de produção, ou até nas mesmas, são analisados, visando a discutir os efeitos de sentidos produzidos e seus efeitos de sustentação. Nessa perspectiva, ainda que Courtine ([1981] 2014) afirme ser raro em AD, proponho, neste trabalho, fazer um deslocamento das noções apontadas pelo autor, articulando com o que Pêcheux ([1978] 2015a) assegura sobre os gestos de leitura feitos

do Relatório Mansholt, tomando como referencial o gesto de composição do *corpus* deste trabalho, o qual descrevo a seguir.

Para compor o *corpus* deste trabalho, utilizo-me do *Grok*, inteligência artificial do X, realizando a seguinte pergunta “O que é ditadura?”. A pergunta feita segue os seguintes direcionamentos: i) no meu perfil pessoal, valendo-me da versão gratuita do X; ii) no meu perfil pessoal, valendo-me da versão paga do X; iii) em um perfil criado para a pesquisa, valendo-me da versão gratuita do X; e iv) em um perfil criado para a pesquisa, valendo-se da versão paga do X. Para fins metodológicos, utilizo-me das seguintes abreviações: DP (Dispositivo Pessoal), DNP (Dispositivo Não Pessoal), G (Gratuito) e NG (Não Gratuito). Abaixo, apresento os resultados do enunciado-comando.

Tabela 1 - *Corpus* empírico

	DP	DNP
G	Ditadura é um regime político autoritário em que o poder é concentrado nas mãos de uma pessoa, grupo ou instituição, geralmente sem respeito às liberdades democráticas. Caracteriza-se pela supressão de direitos individuais, como liberdade de expressão, imprensa e reunião, além do controle rigoroso sobre a sociedade, muitas vezes com uso de repressão, censura e violência. O governo ditatorial não costuma permitir oposição política significativa, eleições livres ou participação popular genuína na tomada de decisões. Exemplos históricos incluem a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e regimes como o de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990). Se quiser detalhes sobre algum caso específico ou aspecto, é só pedir!	Ditadura é um regime político autoritário em que o poder é concentrado em uma pessoa, grupo ou instituição, sem respeito às liberdades democráticas. Caracteriza-se pela supressão de direitos individuais, como liberdade de expressão, imprensa e associação, além de perseguições políticas, censura e uso da força para manter o controle. Geralmente, não há eleições livres ou, se existirem, são manipuladas. Exemplos históricos incluem a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e regimes como o de Hitler na Alemanha nazista.

Ditadura é um regime político autoritário no qual o poder é exercido de forma absoluta por uma pessoa, grupo ou instituição, sem accountability democrática ou separação efetiva de poderes. Geralmente, surge por meio de golpes de Estado, eleições manipuladas ou crises que justificam a concentração de autoridade. Suas características principais incluem:

- Supressão de liberdades: Restrições à liberdade de expressão, imprensa, reunião e associação política.
- Repressão e controle: Uso de forças de segurança, censura, vigilância e, frequentemente, violência ou prisões arbitrárias contra opositores.
- Ausência de participação popular: Eleições inexistentes ou fraudulentas, e limitação do pluralismo político.
- Centralização do poder: O líder ou elite governante controla instituições como judiciário, mídia e economia.

Exemplos históricos incluem a ditadura militar brasileira (1964-1985), o regime de Francisco Franco na Espanha (1939-1975) e a era de Kim Il-sung na Coreia do Norte. Em contextos

Uma ditadura é um regime político autoritário em que o poder é exercido de forma absoluta por uma pessoa, grupo ou partido, sem mecanismos efetivos de controle democrático, como eleições livres, separação de poderes ou respeito aos direitos humanos fundamentais.

Características principais:

- **Concentração de poder:** O líder ou elite governante detém controle total sobre o Estado, frequentemente eliminando oposições políticas.
- **Supressão de liberdades:** Inclui censura à imprensa, restrições à liberdade de expressão, proibição de protestos e perseguição a dissidentes.
- **Uso da força:** Manutenção do regime por meio de polícia secreta, exército ou propaganda para reprimir dissidências.
- **Falta de accountability:** Não há alternância pacífica de poder; transições ocorrem por golpes, sucessão hereditária ou colapso interno.

Exemplos históricos:

- **Ditadura militar brasileira (1964-1985):** Governo de

NG

modernos, regimes como o de Nicolás Maduro na Venezuela são frequentemente classificados como ditatoriais por organizações como a Human Rights Watch, devido à erosão de instituições democráticas. A ditadura contrasta com democracias, onde o poder é distribuído e sujeito a eleições livres e direitos fundamentais.

gerais que suspendeu a Constituição e reprimiu movimentos de esquerda.

- **Regime de Fidel Castro em Cuba (1959-2008):** Um governo comunista de partido único com controle estrito sobre a sociedade.
- **Ditadura de Adolf Hitler na Alemanha nazista (1933-1945):** Extremamente totalitária, com genocídios e propaganda massiva.

Ditaduras contrastam com democracias, onde o poder emana do povo e é limitado por leis. Elas surgem frequentemente em contextos de instabilidade, crises econômicas ou fraqueza institucional, e tendem a gerar desigualdades e violações de direitos. Se quiser mais detalhes sobre um exemplo específico, é só pedir!

Fonte: O autor (2025) a partir de dados gerados pelo *Grok*.

Antes de dar início ao gesto de leitura deste *corpus*, passo à descrição do material. De maneira generalista, por partir de um enunciado-comando que busca a definição de um significante, sem delimitar outros fatores condicionantes ao que se espera da resposta, o *Grok* apresenta textos que se assemelham a verbetes de dicionário, em que se apresenta uma definição normalmente iniciada pelo verbo de ligação “é” seguido de predicativos que caracterizam o sujeito oracional. Também comparecem, nas respostas, exemplos do que pode ser caracterizado como ditadura e, nas versões pagas do DP e do DNP, aparecem principais características de sistemas ditatoriais. A definição, ao longo das respostas, se repete, podendo ser retomada, de maneira parafrástica, como “Ditadura é um regime político autoritário em que o poder é concentrado em uma pessoa, grupo ou instituição,

geralmente sem respeito às liberdades democráticas.”. A partir dessas definições, outros enunciados são linearizados, produzindo outros efeitos de sentido. Saliento que o DP é um perfil de minha propriedade há alguns anos e é de uso exclusivo, à medida que o DNP foi criado unicamente para a realização da pesquisa, não havendo dados de navegação no X registrados como no DP.

A fim de proceder ao gesto de interpretação proposto neste trabalho, produzo um *recorte* (Orlandi, 1984), a partir de diferentes movimentos possíveis de leitura. Cada recorte feito será um *tempo de análise*

No **primeiro tempo** de análise, o primeiro recorte trata-se de leitura comparativa entre as versões gratuitas do DP e do DNP. Em primeiro lugar, destaco a extensão dos textos. No DP, a resposta oferecida pelo *Grok* é mais ampla, detém outros elementos linguístico-discursivos que não são apresentados no DNP, e é sobre esses elementos que encaminho a minha análise. Destaco, a seguir, os enunciados:

SD 1 – DP – G: O governo ditatorial não costuma permitir oposição política significativa, eleições livres ou participação popular genuína na tomada de decisões. [...] Augusto Pinochet no Chile (1973-1990). Se quiser detalhes sobre algum caso específico ou aspecto, é só pedir!

SD 2 – DNP – G: [...] Hitler na Alemanha nazista.

Com os recortes acima, no plano descritivo, observo que, no DP, o *Grok* sugere detalhes que não constam na resposta do DNP, apresentando uma descrição mais específica sobre o que é ditadura, por meio do enunciado “O governo ditatorial” com predicação que se liga ao efeito de sentido dominante sobre o que seria a ditadura. Ao final da resposta, destaca que o período de Pinochet, no Chile, caracteriza-se como um governo ditatorial. Em contrapartida, no DNP, o único acréscimo feito à resposta diz respeito ao período em que Hitler comandava o Partido Nazista na Alemanha.

Ao olhar, então, para esses enunciados, considerando-os por suas espessuras materiais, entendo que neles intervém a materialidade técnica como produto do real da história (Mittmann, 2023), isto é, no DNP, em que não há dados de navegação subsidiando o controle dos/pelos algoritmos, o *Grok* aponta para um efeito dominante em uma formação social capitalista. Explica-se, de maneira similar a um verbete, o que é ditadura, para, em seguida, recortando a história política, mencionar, como forma

diferencial, o regime nazista na Alemanha. Esse efeito exemplificativo, associado ao enunciado-comando, aponta para um funcionamento que busca, além de responder ao enunciado-comando, dar conta do que não fora pensado, teoricamente, pelo sujeito. Eis, aí, então, quando se tensionam o técnico e o discursivo: “[...] parece útil sublinhar que existe uma diferença de essência entre a produção, por um dispositivo artificial, de uma resposta cuja estrutura aí está pré-inscrita, e aquela de um resultado cuja construção não está prefigurada em nenhuma parte [...]” (Gadet *et al*, [1982] 2015, p. 68).

Assim, a máquina produzir-se-ia como uma entidade autônoma, independente do sujeito. Independência, em verdade, relativa, já que, para conseguir exemplificar, é preciso que haja sujeito. Herbert/Pêcheux ([1966] 2015b, p. 35, destaque do autor) afirma que

[...] produzir (um produto técnico) é sempre produzir para alguém; em outros termos, a demanda que emana das relações sociais determina *de uma só vez*, não somente a produção do objeto, mas também a maneira pela qual ele será consumido, de tal forma que podemos dizer: as condições de existência do produto técnico são também o seu destino.

Ao articular o que afirma o autor com o funcionamento acima exposto, compreendo que, na atual forma do capitalismo, determinada pelo funcionamento das redes, que dele são produto, as grandes empresas, controlando os algoritmos das redes, criam nos sujeitos a *demanda* do saber, do perguntar, à medida que cria também a forma como se buscará esse saber. Em outras palavras, ao se utilizarem das IAs, como o *Grok*, os sujeitos são determinados pelo modo como a formação social capitalista entende o uso das tecnologias, pelo excesso, pela dispersão. Perguntar tudo a uma IA simboliza uma de suas formas de dominação, ou seja, recorrer à IA significa como uma forma fácil, rápida de acesso aos arquivos inscritos no digital. Rapidez que é característica da conjuntura sócio-histórica em que nos inscrevemos, o que também se marca quando se diz, no final da resposta no DP, “Se quiser detalhes sobre algum caso específico ou aspecto, **é só pedir!**” (destaque meu), momento em que a máquina é colocada como funcionando a serviço do sujeito.

No **segundo tempo** de análise, considero a leitura comparativa entre as versões G e NG do DP e do DNP. No entanto, em relação à análise anterior, nesta que segue observo outro movimento de resposta à pergunta: a *paráfrase*.

SD 3 – DP – G: [...] Caracteriza-se pela supressão de direitos individuais, como liberdade de expressão, imprensa e reunião, além do controle rigoroso sobre a sociedade, muitas vezes com uso de repressão, censura e violência. O

governo ditatorial não costuma permitir oposição política significativa, eleições livres ou participação popular genuína na tomada de decisões.

SD 4 – DP – NG:

- Supressão de liberdades: Restrições à liberdade de expressão, imprensa, reunião e associação política.
- Repressão e controle: Uso de forças de segurança, censura, vigilância e, frequentemente, violência ou prisões arbitrárias contra opositores.
- Ausência de participação popular: Eleições inexistentes ou fraudulentas, e limitação do pluralismo político.

SD 5 – DNP – G: Ditadura é um regime político autoritário em que o poder é concentrado em uma pessoa, grupo ou instituição, sem respeito às liberdades democráticas. Caracteriza-se pela supressão de direitos individuais, como liberdade de expressão, imprensa e associação, além de perseguições políticas, censura e uso da força para manter o controle. Geralmente, não há eleições livres ou, se existirem, são manipuladas.

SD 6 – DNP – NG: Uma ditadura é um regime político autoritário em que o poder é exercido de forma absoluta por uma pessoa, grupo ou partido, sem mecanismos efetivos de controle democrático, como eleições livres, separação de poderes ou respeito aos direitos humanos fundamentais. [...]

- **Supressão de liberdades:** Inclui censura à imprensa, restrições à liberdade de expressão, proibição de protestos e perseguição a dissidentes.
- **Uso da força:** Manutenção do regime por meio de polícia secreta, exército ou propaganda para reprimir dissidências.
- **Falta de accountability:** Não há alternância pacífica de poder; transições ocorrem por golpes, sucessão hereditária ou colapso interno. [...]
- **Ditadura de Adolf Hitler na Alemanha nazista (1933-1945):** Extremamente totalitária, com genocídios e propaganda massiva.

Considerando as respostas em sua integralidade, há, como apontado no primeiro tempo de análise, elemento de distinção, alguns dos quais até se repetem nesse recorte. Todavia, analiticamente, observo que outro movimento regular de resposta ao enunciado-comando é o de produzir paráfrases. Nos recortes acima, o efeito de sentido que se produz é o de caracterização de regimes ditatoriais por meio de predicções que os explicam. A materialidade da língua aqui convocada ao gesto analítico apresenta duas formas de dizer o mesmo: primeiro por uma estrutura impessoal (“caracteriza-se”) seguida das características; segundo por uma estrutura topicalizadora. Empiricamente, ao visualizar essas duas formas de resposta, ao olhar do(a) leitor(a) sugere-se uma distinção, que se justificaria pelo pagamento, já que a resposta NG foi condicionada ao pagamento da versão *premium* do X. Entretanto, considerando que esta forma linguístico-discursiva é uma forma material, compreendo que, funcionando como paráfrase, os enunciados se apresentam dessa forma em função de um efeito erigido pelo capital. Em outras palavras,

ainda que a promessa no *Grok* seja a de apresentar conteúdos com maior refinamento em função do pagamento pelo *Premium*, o que se produz é uma paráfrase. A esse respeito, retomo Pêcheux ([1975] 2014b, p. 161, destaques do autor), ao sinalizar que

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.*

Nessa passagem, Pêcheux ([1975] 2014b) trata, de maneira articulada, de três noções: esquecimento nº 2, sujeito e formação discursiva, entendendo que o sujeito, determinado ideologicamente, “seleciona” enunciados que estão em relação de paráfrase em uma mesma formação discursiva, por ser afetado por este esquecimento. Todavia, aproximando o que Pêcheux ([1975] 2014b) afirma e o material em análise, questiono: por se tratar de uma resposta automatizada, pode-se pensar em um sujeito do discurso, inscrito no sistema simbólico da linguagem, interpelado ideologicamente, atravessado pelo inconsciente? Entendo, nessa perspectiva, não ser possível, já que a programação, ainda que tenha origem em sujeitos, portanto constituindo-se como prática no âmbito do ideológico, não é um sujeito, mas sim uma prática técnica.

Em trabalho anterior, teorizo, utilizando-me de outro *corpus*, a noção de *sujeito-usuário*. No trabalho, admito que

[...] o sujeito-usuário seria uma posição entre esses significantes, não sendo o sujeito-empírico tampouco o sujeito do discurso, fazendo, funcionar, desse modo, as formações imaginárias acerca do que seria o sujeito que poderia se utilizar do aplicativo. Assim, estando entre posições, jogando com o imaginário, o sujeito-usuário trata-se de uma projeção imaginária feita pelos sujeitos que fazem a programação do aplicativo, de forma que esta posição, mesmo sendo projetada pelos sujeitos-programadores, é, antes de tudo, atravessada por um funcionamento da ideologia. (Costa Carneiro, 2023, p. 163-164).

Dessa maneira, entendo que a projeção, programada na máquina, sobre os sujeitos implica a existência de um sujeito do discurso, o qual funciona como matéria-prima e *seu destino*, como em Herbert/Pêcheux ([1966] 2015b), aproximando-o por uma projeção do possível. O possível, primeiro, se marca pelo que o sujeito precisa para se subjetivar nessas condições; segundo, pela possibilidade, pela programação, prática técnica, ser criada a ilusão de individualidade, de que somente o sujeito poderia *dizer o que diz onde diz*. Eis aí onde reside o movimento de paráfrase. A máquina não “seleciona” na FD que a domina os dizeres, tampouco os reformula; a máquina, tomando a matéria-prima-sujeito

calcula, busca efeitos finitos de completude, compara estruturas e, discursivamente, aponta para um mesmo, que é dissimulado pela paráfrase. Dizer o mesmo sob diferentes formas. Dizer diferente para dissimular a heretogeneidade. Nessa perspectiva, reitero o que dizem León e Pêcheux ([1982] 2015, p. 171) “[...] temos boas razões teóricas para considerar que aquilo que escapa a esse tipo de repetição do mesmo é tão interessante, ou até mais interessante, do ponto de vista da produção discursiva do sentido.”. Entendo, partindo desse ponto, que o que se produz é um deslizamento de sentido entre as reformulações. De acordo com Pêcheux ([1969] 2019, p. 54, destaques do autor), “Chamaremos de *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y ”.

No **terceiro tempo** de análise, parto da leitura comparativa entre as versões G e NG do DNP, as quais apresento em seguida. Os enunciados analisados são enunciados que, entre as duas versões, se repetem. Dentro dos colchetes, estão as variações dos enunciados.

DP e DNP: [Uma/Ø] Ditadura é um regime político autoritário em que o poder é [concentrado/exercido] [em/por] uma pessoa, grupo ou [instituição/partido], sem [mecanismos efetivos de controle democrático/respeito às liberdades democráticas].

No recorte acima, que congrega a ordenação linguístico-discursiva do enunciado que define ditadura, ainda que haja movimentos parafrásticos que funcionam, os quais estão indicados entre colchetes, entendo que se produz uma paráfrase que tende à repetição do mesmo, isto é, que não produzem deslizamentos de sentido que caracterizariam o funcionamento técnico do algoritmo. Reitero, para encaminhar o processo analítico, o que Pêcheux ([1980] 2016, p. 23) afirma em *Materialidades Discursivas*: “[...] o fato de que há fala e de que há escrita – dito de outra forma, de que há discurso – não nos autoriza a considerar de entrada que, em certo nível de generalidade e autolimpante, nós todos falamos da “mesma coisa”.”.

Com essa passagem, parece-me, mais uma vez, funcionar a questão do *sujeito*. Os sujeitos, em sua produção discursiva, podem dizer o mesmo? Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux ([1975] 2014b, p. 140, destaques do autor) alega que “[...] a questão da *constituição do sentido* se junta à *constituição do sujeito* [...], mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*.”. Em um primeiro momento, poderia surgir a seguinte questão: se, então, produz sentido, é porque há sujeito, e, se há sujeito, há

ideologia. Em certa medida, há sujeito, mas a que sujeito nos referimos? Certamente, não nos referimos ao sujeito-usuário sobre o qual discuti nesta seção, mas ao sujeito do discurso, presente por sua ausência. O sujeito que, por se subjetivar, produziu enunciados diversos, em distintas condições de produção, deixando nas mídias matéria-prima para aproveitamento. Em Grigoletto e Costa Carneiro (2025), entendemos que, nas mídias sociais digitais, subverte-se o funcionamento do pré-construído, repete-se não importando o quê. No *corpus* analisado, determinado pelas mesmas condições técnicas do X, entendo que, no fio do discurso, no nível intradiscursivo, a obviedade é simulada como efeito totalizante, simulando a origem do dizer e do sentido, sobretudo por quase não haver referências citadas textualmente. Assim, Courtine e Marandín ([1980] 2016, p. 48) ratificam que

Na reformulação de um enunciado, algo vem jogar como causa dessa reformulação: [...]
- algo que está ao mesmo tempo presente/ausente na reformulação, ausente porque funciona no modo do desconhecimento e presente em seu efeito.
Um não sabido, um não reconhecido que todo discurso repete ocultando-o, ou melhor, porque o oculta, e ele o oculta necessariamente para se fazer repetir.

Dessa forma, analisando o *corpus*, a leitura que empreendo se alinha ao que pontuam os autores, na medida em que a repetição dos enunciados é condicionada linguisticamente a substituições sintáticas, como a variação verbal, de determinantes ou de predicções adjetivas. A esse respeito, diferenciando-se da análise do segundo tempo, entendo que a paráfrase que aqui se produz equipara-se à retomada do mesmo sob diferentes formas linguístico-discursivas. No entanto, essa retomada causaria no sujeito-leitor o reconhecimento de que realmente seria a mesma definição, por ser o primeiro segmento da resposta ao enunciado-comando.

Nesse horizonte, o efeito discursivo produzido aponta para uma generalidade de reconhecimento autorizado. A distinção entre versões se produziria no que viria *após* a definição. A substituição sintática, discursivamente, marca o funcionamento da contradição, nos termos de León e Pêcheux ([1982] 2015, p. 173):

Levar em consideração essa tensão constitutiva conduz a abordar a categoria da contradição por meio de um viés que deixa de privilegiar a contradição lógica, deslocando a análise em direção das formas materiais discursivas de contradição ligadas à alteração e à deriva. Isso reafirma que um uso materialista da noção de contradição na análise do discurso supõe necessariamente levar em consideração os espaços de heterogeneidades nos quais funciona essa contradição.

A contradição, dessa forma, funciona sob duas faces: uma primeira que permite o reconhecimento por meio da repetição de uma estrutura sintática; a segunda que, ainda assim, busca mudar, alterar a ordenação sintática para que o reconhecimento não seja integral, para que a repetição se disfarce sob o véu da paráfrase. Estranheza, que é, contraditoriamente, familiar. O outro que, inversamente, é o mesmo; e o mesmo que é, diretamente, o seu espelho. Assim, “[...] um encontro com *o outro*, no interior de um dispositivo em que a reprodução *do mesmo* parece, por ora, estender-se aos limites da repetição.” (Courtine; Marandin, [1980] 2016, p. 27, destaques dos autores).

Na seção a seguir, teço observações que sintetizam os funcionamentos analisados acima e proposições teórico-analíticas sobre o *corpus* em análise.

ONDE FICA O SUJEITO?²

Em função do exposto, observo, a título de realizar considerações (não) finais, que, no funcionamento do *Grok*, que há, pelo menos, três funcionamentos discursivos. O primeiro, analisado no primeiro tempo de análise, sinaliza que as respostas produzidas pelo *Grok* apresentam singularidades para cada perfil, o que expõe ao olhar do(a) analista uma suposta heterogeneidade. A esse funcionamento, atribuo alguns fatores: i) ainda que sejam respostas para o mesmo enunciado-comando, as pesquisas foram realizadas em condições enunciativas estritas distintas, como descrito anteriormente; ii) essas condições são caracterizadas pela mudança de conta em que foi feita a pesquisa, apontando para um efeito de que, para cada perfil, seriam entregues diferentes respostas; e iii) mesmo com as diferenças, observo que as respostas com maior grau de detalhamento foram do DP, perfil com mais dados de navegação vinculados. Portanto, baseando-se nos dados de navegação, o *Grok* oferece a quem realiza enunciados-comando alinhados com a quantidade de dados, ou seja, quanto mais dados estiverem disponíveis, maior refinamento será possível. Refinamento, é claro, que é também determinado pela ideologia, de forma que haveria uma tendência ao alinhamento com as tomadas de posição sustentadas pelo sujeito do perfil.

² Agradeço à Maria Cristina Leandro Ferreira que, no XII Seminário de Estudos em Análise de Discurso, no debate do Simpósio VIII – Mídias, tecnologias, práticas políticas, questionou os(as) apresentadores(as) de trabalho sobre onde fica o sujeito nessas condições de produção. Esse questionamento me conduziu às reflexões feitas na seção que se apresenta a seguir.

O segundo funcionamento analisado foi o de que o *Grok* ao responder produz paráfrases das mesmas informações sobre diferentes formas linguístico-discursivas. A leitura que empreendo a esse respeito sinalizam que a sustentação desse funcionamento está na forma como, textualmente, as informações são dispostas. Na versão gratuita, uma estrutura de verbete; na versão paga, uma estrutura topicalizadora, que sugere maior detalhamento dos dados. Como observado, o funcionamento parafrástico está no âmbito do que é possível de simbolizar pelo sujeito, subjetivando-se como sujeito-usuário. Assim, a proposição de resposta reorganiza a mesma informação sob uma diferente forma discursiva. Na evidência do sentido, outra forma de produzir sentidos; na espessura material, uma repetição horizontal, retomada do mesmo.

No terceiro funcionamento analisado, proponho uma leitura sobre as similaridades que, quase, espelham os enunciados. No gesto definidor do *Grok*, a IA segue uma estrutura de definição já discutida anteriormente. Esse funcionamento caracteriza a contradição, já que se busca a singularidade, no entanto definições, como em dicionários e buscadores *on-line* (Freitas, 2020), tendem a buscar homogeneidade. Assim, buscar uma definição em uma IA apontaria para uma regularidade necessária, até requerida. Buscase, por meio de definições, universalidade, como se os sentidos dos enunciados já fossem intrínsecos aos significantes, o que, de certa maneira, é buscado nos discursos dos *universos logicamente estabilizados*, na busca por *um mundo semanticamente normal* (Pêcheux, [1983] 2015c).

Essas considerações sobre o funcionamento do *corpus* conduzem a uma reflexão sobre o seu modo de constituição. Considero, partindo do que discuto na seção anterior sobre *corpus* de arquivo e o *corpus* experimental, que a forma de compor o *corpus* de análise do trabalho caracteriza-se como um *corpus* de arquivo submetido a um tratamento experimental, entendido sob a forma de que o *Grok* mobiliza arquivos disponíveis na *internet*, reorganizando-os a partir do enunciado-comando. Assim, o caráter experimental se caracteriza pela maneira como os arquivos podem ser mobilizados por diferentes gestos metodológico-analíticos nas condições de produção do/no digital.

Em vista disso, em relação ao arquivo,

[...] o gerenciamento de arquivos eletrônicos e do Arquivo dá-se justamente nos movimentos [...] e instalam modos de tornar naturais, discursivizar e desambiguar sentidos, procedimentos e leituras de/sobre o que está dentro e fora dos arquivos digitais, fazendo parecer óbvio que a tecnologia funciona em si e por si mesma, sem uma instância política que a controle. (Romão, 2011, p. 145).

O arquivo, nessa perspectiva, aliando-se com a discussão aqui proposta, é um arquivo determinado por uma outra forma de subjetivação, que é a do digital. O modo como a IA mobiliza os arquivos *disponíveis e pertinentes* a partir do enunciado-comando a partir do modo como o sujeito se subjetiva pela projeção da máquina. Essa forma de subjetivação ratifica o funcionamento do ideológico, já que a prática técnica no X faz parte do real da história, determinada por suas contradições. Assim, subjetivando-se na/pela máquina, o sujeito é individua(liza)do pelos dados. Orlandi (2013, p. 81) pontua que

Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individua(liza)da concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve ser assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito.

Assim, na forma histórica do capitalismo em sua atual forma, o sujeito, ao perguntar por IAs, recebe uma forma de recorte do arquivo ilusoriamente proporcional à sua identificação ideológica. Todavia, o aliciamento do sujeito à compra determina os movimentos do sujeito no X. Para melhor ter resultados, que se assine a versão *Premium*. A assinatura traria melhores resultados. Como analisado, os resultados diferenciam-se pela extensão, mas, no segundo tempo de análise, que se volta à comparação entre as versões G e NG, observa-se que há uma grande tendência à paráfrase, a uma distinta organização textual que aponta para o mesmo. No título deste artigo, questiono-me: quanto vale ser sujeito? Ao final, a questão ainda ecoa em minhas reflexões. O valor pago para a composição do material (R\$ 340,00) continua nos mostrando como se marcam os efeitos do capital no discurso. Os dados de navegação já são vendidos. Vende-se agora também o modo como uma prática já capitalizada (o acesso às redes) recorta o que é *pertinente e disponível sobre uma questão*. Ao fim e ao cabo, cessão de dados. Mesmo assim, ainda é possível resistir. Na resistência, o sujeito. O sujeito, que, como pensado por Pêcheux ([1975] 2014b), é *um sujeito ardente nos frios espaços da semântica*.

Informações complementares

Conflito de Interesse

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Contribuição de autoria

Thiago César da Costa Carneiro: idealização, escrita, análise e edição.

Declaração de Uso de IA

Neste trabalho, os materiais de análise foram gerados pela inteligência artificial *Grok*, do X, a fim de produzir a análise empreendida ao longo do artigo que toma a IA como objeto de reflexão.

Fontes de Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

COSTA CARNEIRO, Thiago César da. **Vender-se(r) no Grindr**: efeitos da inscrição do sujeito no discurso da mercantilização do corpo masculino. 180f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

COSTA CARNEIRO, Thiago César da; GALLI, Fernanda Correa Silveira; GRIGOLETTO, Evandra. Discursividades do/no cenário pandêmico: dizer, não dizer, contradizer no on-line. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans De; GALLI, Fernanda Correa Silveira; SILVA SOBRINHO, Helson (org.). **Tensões entre o urbano e o digital**: discursos, arte, política(s). Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 92-105.

COURTINE, Jean-Jacques [1981]. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçados aos cristãos. Tradução: Cristina de Campos Velho Birck, Didier Martin, Maria Lúcia Meregalli, Maria Regina Borges Osório, Sandra Dias Loguércio e Vincent Leclercq. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie [1980]. Que objeto para a Análise de Discurso? Tradução: Maria Onice Payer. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (orgs). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.

FREITAS, Ronaldo Adriano de. **Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online**. 2020. 216f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23465/TESE%20RONALDO%20FREITAS%20-%20TEXTO%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jul. 2024.

GADET, Françoise; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. Tradução: Pedro de Souza. *In: ORLANDI, Eni. (org). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: 2015. p. 55-71.*

GALLO, Solange Leda. Sobre a materialidade digital. *In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (orgs.). **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 185-200.*

GRIGOLETTO, Evandra. Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje. *In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nádia Régia Maffi; PFEIFFER, Cláudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica G (orgs.). **Análise de Discurso em rede**: Cultura e Mídia. Volume 3. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 145-169.*

GRIGOLETTO, Evandra; COSTA CARNEIRO, Thiago César da. Efeitos de sujeito, memória e leitura em perfis automatizados no X. *In: LINS, Anderson; COSTA, Alcione; GRIGOLETTO, Evandra; FRANÇA, Thiago Alves; COSTA CARNEIRO, Thiago (org.). **Discursos em confronto**: sujeitos, deslocamentos. Campinas: Pontes Editores, 2025. p. 146-162.*

HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel [1966]. Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b. p. 21-54.*

LEÓN, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel [1982]. Análise sintática e paráfrase discursiva. Tradução: Cláudia Pfeiffer. *In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 163-173.*

MITTMANN, Solange. O que não pode ser esquecido na leitura de arquivos digitais pela Análise do Discurso. *In: GRIGOLETTO, Evandra; COSTA CARNEIRO, Thiago César da (org.). **Diálogos com Analistas do Discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje/**Dialogues avec des Analystes du Discours**: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 384-389.*

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? *In: **Linguística**: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.*

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PÊCHEUX, Michel [1969]. *Análise Automática do Discurso*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, Michel [1982a]. Ler o arquivo hoje. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014a. p. 57-67.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes Editores, 2014b.

PÊCHEUX, Michel [1978]. As massas populares são um objeto inanimado? Tradução: Suzy Lagazzi. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015c.

PÊCHEUX, Michel [1980]. Abertura do Colóquio. Tradução: Débora Massmann. *In*: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, JeanMarie; PÊCHEUX, Michel (orgs.). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 23-32.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O fora da rede: (co-mando de) arquivos no arquivo. *In*: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA SILVA, Silmara. **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 141-149.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; DELA SILVA, Silmara Cristina. Arquivo. *In*: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA SILVA, Silmara. **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.